



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

CNPJ 08.889.826/0001-65

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº. 00009/2020

DATA E HORA DA REALIZAÇÃO: 13 de fevereiro de 2020 às 10:00:00

LOCAL, DATA E HORA: Rua Presidente João Pessoa, 391, CENTRO, PEDRA BRANCA-PB, CEP nº 58.790-000, fone (83) 3456- 1012, e-mail pedrabrancacpl@gmail.com

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA, através da Comissão de Pregão, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará no horário, data e endereço, acima previstos, Licitação do tipo e modalidade acima citados.

1. PREÂMBULO

1.1. A presente licitação, que será integralmente conduzida pelo Pregoeiro assessorado por sua equipe de apoio, será regida pela Lei nº 10.520/03 e suas alterações e subsidiariamente pela Lei n. 8.666/93 e suas alterações, consoante as condições estatuídas neste instrumento convocatório e seus anexos, constantes do processo indicado acima.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1 Tem por finalidade a realização deste procedimento objetivando a **Contratação de empresa especializada para prestar os serviços de exames laboratoriais ao Município de Pedra Branca-PB**, conforme termo de referência anexo.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

3.2. A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3.3. Nenhum representante poderá representar mais de uma empresa licitante.

3.4. Não será permitida a participação sob a forma de consórcio.

3.5. Só participará deste certame licitantes que presta os serviços aludidos no item 2 deste edital, com o devido registrado no órgão competente.

4. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1. O Órgão não se responsabilizará por envelopes de "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" que não sejam entregues ao Pregoeiro, como também que seja designado local, data e horário que não esteja estabelecidos neste edital.

4.2. Dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

4.2.1. Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

CNPJ 08.889.826/0001-65

ENVELOPE Nº. 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
COMISSÃO DE PREGÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2020

DATA/HORA: 13 de Fevereiro de 2020 às 10:00:00

Razão Social do proponente, endereço e CNPJ (caso o envelope não seja personalizado - timbrado).

ENVELOPE Nº. 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

COMISSÃO DE PREGÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2020

DATA/HORA: 13 de fevereiro de 2020 às 10:00:00

Razão Social do proponente, endereço e CNPJ (caso o envelope não seja personalizado - timbrado).

4.2.2. Do envelope "Proposta Comercial" deverá constar, se for o caso, comprovação exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte, de enquadramento em um dos dois regimes, caso tenha se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação da habilitação, o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

5.2. O credenciamento far-se-á através de **PROCURADOR**, por meio de: **a)** instrumento público ou particular, *sendo particular deverá vir com firma reconhecida*, comprovando os poderes para necessários formular ofertas e lances de preços, assinar ata, termos de renúncia e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente, cópia de RG e CPF das partes, **b)** CNPJ com data de emissão deste ano, **c)** Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, **d)** Declaração de elaboração independente de proposta, **e)** Declaração de ME e EPP quando for o caso. Deverá autenticar as devidas cópias.

5.3. O credenciamento far-se-á por meio de **TITULAR, SÓCIO OU ADMINISTRADOR DA EMPRESA** proponente por meio de: **a)** cópia do estatuto, contrato social ou requerimento de empresário, acompanhado da última alteração estatutária ou contratual e cópia de RG e CPF dos sócios ou titular, **b)** CNPJ com data de emissão deste ano, **c)** Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, **d)** Declaração de elaboração independente de proposta, **e)** Declaração de ME e EPP quando for o caso. Deverá autenticar as devidas cópias.

- a) O pregoeiro e equipe de apoio só autenticará cópias de documentos em até 30 (trinta) minutos antes do horário de abertura dos envelopes.
- b) A falta de qualquer documento ou sua incorreção não impedirá da empresa licitante participar no certame, porem seu representante/procurador ficará impedido de se manifestar oralmente durante o certame.
- c) Na ocorrência de qualquer incorreção nos momento do credenciamento, o pregoeiro



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
CNPJ 08.889.826/0001-65

decidirá, uma vez, que, o credenciamento trata-se de um momento de identificação da pessoa física representante da pessoa jurídica.

5.4. As licitantes poderão apresentar a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação conforme prescreve o art.4, inc. VII, da Lei n 10.520/02, conforme modelo próprio ou o abaixo:

DECLARAÇÃO

A empresa....., CNPJ nº....., declara sob as penas da lei, que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial nº **00009/2020**, atendendo o disposto legal do art.4, inc. VII, da Lei n 10.520/02.

Local e data

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

6. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS (ENVELOPE DAS PROPOSTAS)

6.1. As propostas de preços devem, obrigatoriamente, preencher os seguintes requisitos e atender aos padrões abaixo estabelecidos:

6.1.1. Digitadas, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, com no máximo duas casas decimais e entregues no local, dia e hora preestabelecidos no Edital, contendo a identificação da empresa, endereço, telefone, número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, rubricadas todas as folhas pelo representante legal e assinada a última, sobre carimbo com nome, identidade ou CPF;

6.1.2. Conter especificação clara e sucinta do objeto a ser oferecido, com indicação, no que couber, nome da empresa, razão social e nome fantasia, endereços completos para que possa identificar a empresa, e também conter:

I. Preço cotado de forma, em algarismo com as casas decimais, e valor global resultado da multiplicação do unitário pela quantidade. Na proposta deverá vir expressa e destacadamente: o preço unitário por item, já incluso a respectiva carga tributária, informações estas de caráter acessório que correrão à conta do licitante;

II. Elaborada em papel timbrado da licitante, indicando o nome, qualificação, endereço e dados do seu representante que assinará;

III. Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega das propostas e excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor;

6.2. Caso venha a verificar-se qualquer divergência nas informações constantes da proposta de preços, pertinentes a valores expressos em algarismos e por extenso, entre outros, poderá ser sanado pelo pregoeiro no dia do certame;

6.3. A entrega dos envelopes contendo a proposta de preços e a respectiva documentação significará expressa aceitação, pelas licitantes, de todas as disposições previstas no Edital.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Regularidade Jurídica



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

CNPJ 08.889.826/0001-65

- 7.1.1. Requerimento de empresário e sua última alteração, acompanhado de RG e CPF do titular;
- 7.1.2. Estatuto ou contrato social e seu último aditivo em vigor, devidamente registrados, acompanhadas de RG e CPF dos sócios;
- 7.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 7.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. Regularidade Fiscal

- 7.2.1. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ com data de emissão deste ano;
- 7.2.2. Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- 7.2.5. Certificado de Regularidade para com o FGTS-CRF;
- 7.2.3. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho -CNDT;
- 7.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio do licitante;
- 7.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio do licitante.

7.3. Qualificação Econômico-Financeira

- 7.3.1. Certidão de Falência e concordata, expedida pelo Distribuidor do Fórum da sede da pessoa jurídica, observando o prazo de 30 (trinta dias).
- 7.3.2. Alvará de localização e funcionamento emitido no município da empresa licitante.
- 7.3.3 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) do exercício de 2017, que comprove sua boa situação financeira, devidamente registrado na junta comercial, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. A empresa que iniciar sua atividade a menos de um ano deverá apresentar o seu balanço de abertura, devidamente registrado na junta comercial, obedecidos aos aspectos legais e formais de sua elaboração.

7.4. Qualificação Técnica

7.4.3 **Atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo privado deverá ter firma reconhecida, de que presta/prestou serviços compatíveis com especificação do objeto deste edital, com zelo, prontidão e eficiência.

7.4.3 Juntamente com os documentos referidos neste item (Item 6 - DA HABILITAÇÃO), serão apresentados para fins de habilitação, declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual; e declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos, segundo determina o inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei. As declarações serão conforme modelo a seguir:

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa.....CNPJ nº, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
CNPJ 08.889.826/0001-65

Local e data

Assinatura do diretor ou representante legal

DECLARACAO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS

A empresa CNPJ nº....., declara, sob as penas da lei, que na mesma não ha realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei.

Local e data

Assinatura do diretor ou representante legal

7.5 As documentação acima, que esteja por meio de fotocópia, deverá estar autenticada por cartório de ofício e notas ou autenticação digital, com sua devida comprovação anexa, ou pelo pregoeiro e equipe de apoio em até 30 (trinta) minutos antes do horário de abertura dos envelopes, devendo apresentar os originais.

7.6 A documentação dos itens 7.1 e 7.2 deverão estar com data de validade compatível para a data de abertura deste certame e impressão legível, caso contrário será considerado inabilitado.

7.7 O pregoeiro submeterá as certidões, emitida online, à verificação de autenticidades. Ocorrendo a hipótese de certidões falsa, será considerada como inabilitada e encaminhado aos órgãos de fiscalização.

8. DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitara novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

8.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

8.2.1. Serão selecionadas pelo Pregoeiro as propostas de menor preço por item e as propostas em valores sucessivos e superiores até 10%, a proposta de maior desconto, para participarem dos lances verbais.

8.2.2. Não havendo inferiores pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam descontos oferecidos nas propostas apresentadas.

8.3. LANCES VERBAIS

8.3.1. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

CNPJ 08.889.826/0001-65

8.3.2. Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, como critério de desempate será realizado um sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

8.3.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

8.3.4. Como critério de desempate, e em cumprimento a Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, será dado preferência da contratação da ME (micro empresa) e EPP (empresa de pequeno porte).

8.4. JULGAMENTO

8.4.1. O critério de julgamento será exclusivamente o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, apresentado.

8.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.4.3. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

8.4.4. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

8.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será verificado o atendimento das condições de habilitação do licitante que a tiver formulado.

8.4.6. Constatado o atendimento pleno as exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

8.4.7. Se a proposta não for aceitável, ou se o proponente não atender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital para o qual apresentou a proposta.

8.4.8. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido o maior percentual de desconto.

8.4.9. Não serão aceitos lances verbais com descontos simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, o licitante poderá peticionar contra o ato convocatório, conforme determina a lei nº 8.666/93.

9.2. A apresentação da impugnação, após o prazo previsto no subitem anterior, não a caracterizara com tal, recebendo tratamento como mera informação.



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

CNPJ 08.889.826/0001-65

9.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10. DO CONTRATO E DA NOTA DE EMPENHO

10.1. Homologado o julgamento, o(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s) para assinar o contrato, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período;

10.1.1. O contrato observará a minuta do Anexo II e firmará compromisso para eventual contratação entre as partes, com validade até dia 31 de dezembro 2020, a partir da data de sua assinatura, prorrogável excepcionalmente por igual período;

10.2. Para efeito de verificação da conformidade do objeto deste edital com as especificações constantes na proposta de preços apresentada, o órgão licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos bens, oportunidade em que os aceitará, atestando a respectiva nota fiscal/fatura, ou os rejeitará, na hipótese de desconformidade com a proposta de preços apresentada no certame licitatório;

10.3. Quando o fornecedor não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho, ou recusar-se a retirar a mesma, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas no certame licitatório, sem que haja convocação por parte do órgão licitante para assinatura do contrato, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos.

10.5. O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 57, 58 e 65, da Lei 8.666/93.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, de acordo com o art. 11, XVIII, do Decreto nº 3.555/00.

11.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

CNPJ 08.889.826/0001-65

11.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso.

11.6. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro encaminhará a autoridade competente para adjudicar o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado.

12.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

13. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. O Pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a formalização e a apresentação da nota fiscal discriminativa do fornecimento (em duas vias), onde conste o "atestado" de prestação de serviço, por parte do servidor ou comissão designada, ficando este pagamento condicionado a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação, conforme item 7.2 da habilitação.

13.2. Os recursos orçamentários correram por conta de recursos próprios do orçamento vigente: 02.080 – 10.3011003.2019; 02.090 – 10.301.1003.2021 - 3390.39.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Indicar os prazos de garantia dos possíveis exames. A contar da entrega do exame;

14.2. Assumir inteira responsabilidade técnica pelo objeto licitado entregue, não transferindo, sob nenhum pretexto, para outras empresas, seja fabricantes, técnicos, e outros;

14.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar o fornecimento a que está obrigada, sem prévia autorização por escrito do Contratante;

14.4. Considerar que a ação da fiscalização do Contratante não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais;

14.5. Responsabilizar-se pela garantia dos exames;

14.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões do objeto licitado nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

14.7. O exame realizado, será entregue na Secretaria de Saúde do Município de Pedra Branca, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o resultado do mesmo;

14.8. Comunicar, por escrito, imediatamente, à Contratante, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual para a adoção das providências cabíveis.



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

CNPJ 08.889.826/0001-65

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Contratante, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do Contrato, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela Contratante.

15.1.1. Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

15.1.2. Multas;

15.1.3. Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a Contratada ao pagamento de indenização a Contratante por perdas e danos;

15.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos, por descumprimento das normas deste edital, conforme item 14 e seus sub itens;

15.1.5. Indenização a Contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante;

15.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

15.2. A multa será aplicada a razão de 0,6% (seis décimos por cento) sobre o valor total dos serviços em atraso, por dia de atraso no fornecimento do objeto licitado.

15.3. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

15.4. As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

16. EXTENSÃO DAS PENALIDADES

16.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública, poderá ser também aplicada àqueles que:

16.1.1. Retardarem a execução do pregão;

16.1.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

16.1.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

17. DO REAJUSTE

17.1. O valor contratado será fixo e irremovível.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, quanto à falhas ou irregularidades que o viciarem.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
CNPJ 08.889.826/0001-65

18.2. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

18.3. É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade superior em qualquer fase do julgamento promover diligencia destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

18.4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.

18.5. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimo ou supressões conforme previsão legal.

18.6. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.

18.7. O valor contratado será irreeajustável nos termos da Legislação vigente.

18.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

18.9. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, podendo também estabelecer um prazo de 24 horas para resolução das diligências, o não cumprimento do prazo acarretará em automática inabilitação.

18.10. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Secretaria de Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.11. A critério do Pregoeiro a sessão poderá ser suspensa e reiniciada em dia e horário definidos por ele, o qual será registrado em Ata.

PEDRA BRANCA-PB, 28 de Janeiro de 2020.


SEVERINO LUIZ DE CALDAS
Pregoeiro



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

CNPJ 08.889.826/0001-65

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2020**

1-Introdução e base legal

A elaboração deste Termo de Referência está de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.520 de 17.07.2003, e Lei nº 8.666/93.

2- Do Objeto

Contratação de empresa especializada para prestar os serviços de exames laboratoriais ao Município de Pedra Branca-PB, Conforme anexo abaixo:

ITENS	DESCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	MÉDIA	TOTAL
1	FSH	UNID	30	32,33	970,00
2	ALBUMINA	UNID	30	17,67	530,00
3	ALFATEROPROTEINA	UNID	10	44,33	443,33
4	AMILASE	UNID	30	18,00	540,00
5	TRAB	UNID	20	60,67	1.213,33
6	ANTE LA	UNID	10	52,67	526,67
7	ANTE RO	UNID	10	52,67	526,67
8	ANTICORPOS ANTI-MICROSSOMAL	UNID	10	50,67	506,67
9	ANTICORPOS TIREOGLOBULINA	UNID	10	60,67	606,67
10	ANTI TPO	UNID	10	50,67	506,67
11	LH	UNID	10	33,67	336,67
12	SOROLOGIA MICROPLASMA	UNID	5	174,00	870,00
13	SOLOGIA CLAMIDEA	UNID	5	174,00	870,00
14	IGE TOTAL	UNID	5	37,00	185,00
15	PROLACTINA	UNID	20	37,00	740,00
16	HEMOGLOBINA GLICADA	UNID	50	32,00	1.600,00
17	COAGULOGRAMA	UNID	10	28,33	283,33
18	PSA TOTAL E LIVRE	UNID	50	47,67	2.383,33
19	COMPLEMENTO TOTAL (CH 100)	UNID	10	70,00	700,00
20	CORTISOL BASAL	UNID	10	39,00	390,00
21	CPK	UNID	10	42,00	420,00
22	ANTI SM	UNID	10	46,00	460,00
23	CULTURA DA SECREÇÃO DE OROFARINGE	UNID	5	73,67	368,33
24	CULTURA DA SECREÇÃO DO OUVIDO DIREITO	UNID	5	73,67	368,33
25	CULTURA DE URINA MAIS ANTIBIOGRAMA	UNID	10	47,67	476,67

S. L.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
CNPJ 08.889.826/0001-65

26	DESIDROGENASE LÁCTICA TOTAL		20	33,00	660,00
27	COOMBS INDIRETO	UNID	20	47,67	953,33
28	COOMBS DIRETO	UNID	20	28,33	566,67
29	EPSTEIN BARR VIRUS IGG	UNID	10	50,00	500,00
30	EPSTEIN BARR VIRUS IGM	UNID	10	50,00	500,00
31	ESTRADIOL	UNID	10	35,67	356,67
32	ESTRONA	UNID	5	45,00	225,00
33	FATOR REUMATOIDE	UNID	5	16,87	84,33
34	FERRO SÉRICO	UNID	20	28,67	573,33
35	FERRITINA	UNID	20	32,67	653,33
36	FOSFATASE ACIDA	UNID	20	28,67	573,33
37	FRUTOSAMINAS	UNID	10	26,67	266,67
38	FTA-ABS IGG	UNID	10	37,80	378,00
39	FTA-ABS IGM	UNID	10	37,80	378,00
40	GLICOSE POS PRANDIAL	UNID	5	17,20	86,00
41	HEMOSEDIMENTAÇÃO	UNID	5	13,07	65,33
42	HEMOGRAMA	UNID	10	20,33	203,33
43	HEPATITE A IGG	UNID	10	43,00	430,00
44	HEPATITE A IGM	UNID	10	43,33	433,33
45	HEPATITE B ANTI HBC	UNID	20	41,00	820,00
46	HEPATITE B ANTI HBS	UNID	20	39,33	786,67
47	HEPATITE B HBSAG	UNID	30	36,00	1.080,00
48	HEPATITE C HCV	UNID	30	46,00	1.380,00
49	TSH	UNID	50	32,00	1.600,00
50	HTLV I/II ANTICORPOS	UNID	5	64,33	321,67
51	IGE ESPECIFICO PARA LEITE	UNID	5	62,00	310,00
52	IMUNOGLOBINA M	UNID	5	66,00	330,00
53	LIPASE	UNID	10	42,00	420,00
54	TESTE DE TOLERANCIA À LACTOSE	UNID	10	50,00	500,00
55	MAGNESIO	UNID	10	19,67	196,67
56	MONONUCLEOSE	UNID	10	30,33	303,33
57	MIOGLOBINA	UNID	10	63,33	633,33
58	PARASITOLOGICO MINIMO 3 METODOS	UNID	10	18,80	188,00
59	MICROALBUMINURIA	UNID	20	35,67	713,33



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
CNPJ 08.889.826/0001-65

60	PESQUISA DE LEUCOCITOS FECAIS	UNID	10	28,67	286,67
61	ANTI HIV 1/2	UNID	20	35,67	713,33
62	SODIO	UNID	20	29,53	590,67
63	POTASSIO	UNID	20	23,33	466,67
64	CALCIO	UNID	20	33,33	666,67
65	PROGESTERONA	UNID	20	33,00	660,00
66	FOSFORO	UNID	20	27,00	540,00
67	PROTEINA TOTAL + FRAÇÕES	UNID	20	29,00	580,00
68	TESTOSTERONA TOTAL	UNID	10	34,33	343,33
69	TESTOSTERONA LIVRE	UNID	10	38,00	380,00
70	ANTI DAN	UNID	10	38,00	380,00
71	CITOMEGALOVIRUS	UNID	50	71,00	3.550,00
72	RUBEOLA	UNID	50	71,00	3.550,00
73	RETICULOCITOS	UNID	30	28,67	860,00
74	SANGUE OCULTO NAS FEZES	UNID	10	32,67	326,67
75	TIREOGLOBINA	UNID	10	50,33	503,33
76	T4 LIVRE	UNID	50	28,67	1.433,33
77	T4 TOTAL	UNID	50	28,67	1.433,33
78	ENDOMISIO IGA, IGG	UNID	10	110,33	1.103,33
79	GLIADINA IGA	UNID	10	67,33	673,33
80	TGO	UNID	10	13,87	138,67
81	TGP	UNID	10	13,53	135,33
82	TOXOPLASMOSE IMUNOENZIMATICO IGG	UNID	30	30,33	910,00
83	TOXOPLASMOSE IMUNOENZIMATICO IGM	UNID	30	34,33	1.030,00
84	T3 LIVRE	UNID	30	30,67	920,00
85	T3 TOTAL	UNID	30	28,67	860,00
86	TROPONINA	UNID	10	55,00	550,00
87	VDRL	UNID	10	17,67	176,67
88	VITAMINA B12	UNID	20	41,33	826,67
89	FOSFATASE ALCALINA	UNID	10	18,33	183,33
90	GAMA GT	UNID	20	19,67	393,33
91	MUCORPROTEINA	UNID	10	35,33	353,33
92	CA 125	UNID	20	43,67	873,33
93	ELETROFORESE DE PROTEINA	UNID	10	43,67	436,67
94	ANTE DNA	UNID	5	41,00	205,00



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

CNPJ 08.889.826/0001-65

95	COLESTEROL + FREÇÕES	UNID	10	38,20	382,00
96	TRIGLISERÍDIOS	UNID	10	13,53	135,33
97	SUMÁRIO DE URINA	UNID	10	13,13	131,33
98	CKMB	UNID	10	38,33	383,33
99	UREIA	UNID	10	13,47	134,67
100	CREATININA	UNID	10	13,47	134,67
101	PCR	UNID	10	13,87	138,67
102	BIÓPSIA	UNID	40	201,67	8.066,67
103	DENGUE	UNID	30	53,67	1.610,00
104	IMUNOCHAGAS	UNID	20	58,33	1.166,67
105	ÁCIDO ÚRICO	UNID	10	13,53	135,33
106	GLICOSE	UNID	10	12,67	126,67
107	CA 119	UNID	30	50,00	1.500,00
108	CEA	UNID	30	46,00	1.380,00
109	FAN	UNID	30	33,67	1.010,00
110	ANTI - CCP	UNID	30	108,67	3.260,00
111	PTH	UNID	20	47,00	940,00
112	ESTROGENIO	UNID	20	39,00	780,00
113	TESTE ORAL DE TOLERANCIA A GLICOSE (TOTG)	UNID	20	34,33	686,67
114	LITIO	UNID	50	33,33	1.666,67
115	BILIRRUBINA TOTAL	UNID	30	32,13	964,00
116	BILIRRUBINA DIRETA	UNID	30	32,13	964,00
117	BILIRRUBINA INDIRETA	UNID	30	32,13	964,00
118	COMPLEMENTO C3	UNID	20	49,00	980,00
119	COMPLEMENTO C4	UNID	20	48,67	973,33
120	C450	UNID	20	40,67	813,33
121	ESTRIOL E3	UNID	20	52,33	1.046,67
122	CA 50	UNID	20	70,33	1.406,67
123	CA15-3	UNID	20	49,67	993,33
124	VITAMINA D	UNID	20	60,33	1.206,67
125	PROTEINURIA 24 H	UNID	30	42,00	1.260,00
126	ANTI DNSDUPLO HÉLICE	UNID	5	57,67	288,33
127	ANTI COAULANTE LÍPICO	UNID	5	93,33	466,67
128	ANTI CARDIOLIPINO IGM E IGG	UNID	10	93,67	936,67
129	B2 LICOROTEICO I	UNID	5	212,33	1.061,67
130	ACIDO OXALICO	UNID	10	112,87	1.128,67
TOTAL					100.547,00



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

CNPJ 08.889.826/0001-65

3 - Das Obrigações da Contratada

3.1. Responsabilizar-se por todas as despesas e providências que tornem necessário ao cumprimento do presente contrato.

3.2. Responsabilizar-se pôr todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais, resultantes da execução do contrato, inclusive no tocante aos seus empregados, dirigentes e prepostos.

3.3. Prestar os serviços especificados acima, sem nenhum custo adicional para o município.

3.4. Responsabilizar-se, civil e criminal, em decorrência de erros com a prestação dos serviços.

4-Validade da Proposta

4.1 A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

5-Forma de Pagamento e entrega

5.1. O pagamento será efetuado mensalmente a contratada, através de transferência bancaria, mediante nota fiscal e recibo, na Tesouraria Geral da Prefeitura de Pedra Branca-PB.

6-Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

6.1 O critério para decisão da proposta vencedora será o de *menor preço por item*.

7- Fiscalização do Contrato

7.1 A fiscalização do contrato será exercida pela secretaria a qual o objeto está vinculado.

SEVERINO LUIZ DE CALDAS
Pregoeiro



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
CNPJ 08.889.826/0001-65

“Em papel timbrado da empresa”

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar os serviços de exames laboratoriais ao Município de Pedra Branca-PB.

Em atendimento ao solicitado no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2020, informamos a seguir os nossos preços, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no termo referencial do edital:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PÇ. UNIT.	VALOR TOTAL
01	Especificação ...				

Valor Global da Proposta:(....)

Validade da proposta: 60 dias

Declaro expressamente que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Cidade – UF, ____de ____ de ____

Assinatura do Responsável Legal



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
CNPJ 08.889.826/0001-65

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2020
MODELO DA DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – HABILITAÇÃO

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

1.0 - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE para habilitação previsto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02.

O proponente acima qualificado, declara, em conformidade com o disposto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02, que está apto a cumprir plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no respectivo instrumento convocatório que rege o certame acima indicado.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
A DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ELABORADO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE.



Estado da Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

CNPJ 08.889.826/0001-65

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

1.0 - DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.

(identificação completa do representante do licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa do licitante ou do consórcio), doravante denominado (licitante/consórcio), para fins do disposto no item 7.5.1. do Edital do Pregão Presencial nº 00009/2020, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar do Pregão Presencial nº 00009/2020 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00009/2020, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Presencial nº 00009/2020 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00009/2020, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00009/2020 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Presencial nº 00009/2020 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00009/2020 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação do Pregão Presencial nº 00009/2020 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Pedra Branca antes da abertura oficial das propostas;

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA

Representante legal do proponente

OBSERVAÇÃO:

AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
CNPJ 08.889.826/0001-65

ANEXO IV - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2020

DECLARAÇÃO

(QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA), cadastrada no CNPJ N.º _____, **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da lei, que se encontra devidamente **registrada e enquadrada** na Junta Comercial do Estado, como sendo uma(microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme caso), e que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, cumprindo aos requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir do benefício e tratamento diferenciado previsto na lei, bem como, **DECLARA** que não se inclui em nenhum das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal, além de outros previstos em leis e normas regulamentares que o impossibilite de usufruir do tratamento diferenciado e favorecido ditado pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA
Representante legal do proponente

Obs: MODELO DE DECLARAÇÃO, APENAS, PARA EMPRESAS ENQUADRADAS NA JUNTA COMERCIAL DO SEU ESTADO COMO MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
CNPJ 08.889.826/0001-65

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº:
...../2020

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA E
....., CNPJ,
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME
DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA
ABAIXO:**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA, com endereço a Rua Presidente João Pessoa, 391, CENTRO, PEDRA BRANCA-PB, CEP nº 58.790-000, Fone (83) 3456-1012, e-mail pedrabrancapl@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 08.889.826/0001-65, neste ato representada pelo seu Prefeito o Sr. Allan Felipe Bastos de Sousa, brasileiro, médico, residente e domiciliado nesta cidade, denominado simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa....., CNPJ nº, endereço.....representada pelo(a) senhor(a),, portador do CPF e RG, denominado simplesmente CONTRATADA, doravante, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

Este contrato decorre da licitação **PREGÃO 00009/2020**, processada nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como a Lei Complementar nº. 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

O presente contrato tem por objeto: **Contratação de empresa especializada para prestar os serviços de exames laboratoriais ao Município de Pedra Branca-PB.** A Prestação dos serviços deverão obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, **PREGÃO nº. 00009/2020** e instruções da Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto é de: R\$(.....). Trata-se de uma estimativa de custo não podendo ser exigido a sua integralidade.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:

Os preços contratados são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/93.

Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
CNPJ 08.889.826/0001-65

documental e requerimento exposto da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constata do orçamento vigente:

02.080 – 10.3011003.2019; 02.090 – 10.301.1003.2021 - 3390.39.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado pela Tesouraria da prefeitura de Pedra Branca, mediante processo regular, da seguinte maneira: Mensalmente, ocorrendo no prazo de até trinta dias, contados da prestação dos serviços e emissão da nota fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA:

Este contrato opera seus efeitos a partir da data de suas assinaturas pelas e termino dia 31 de dezembro do presente ano, sendo considerado o exercício do orçamento vigente. É admitido a prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a prestação dos serviços efetivamente realizados, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar a Contratada todos os meios necessários para o fiel cumprimento do contrato;

c - Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

d- a contratante não se responsabiliza pelos danos ocasionados aos equipamentos e/ou aparelhos da contratada, durante o evento, por má instalação ou por caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a – Prestar os serviços em conformidade com as descrições da proposta de preços, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos pelos órgãos fiscalizadores e normas técnicas, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Prestar os serviços solicitados, conforme contrato, de imediato, não atendendo por dois pedidos consecutivos, a contratante poderá rescindir o contrato e publicará na imprensa oficial como empresa inidônea, será aplicada a suspensão do direito de participar de licitação e contratar com esta administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

d - Será responsável pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade solidária das empresas fabricantes;

e- Não ceder, transferir ou sub-contratar no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
CNPJ 08.889.826/0001-65

conhecimento e a devida autorização expressa da Contratante;

f - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando a Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

g - Responsabilizar-se, civil e criminal, em decorrência de erros com a prestação dos serviços.

h - A contratada deverá cumprir com os serviços de acordo com as especificações de sua proposta e contrato, em qualquer quantidade solicitada. Não poderá haver recusa de cumprimento do serviços solicitado, em caso de descumprimento será submetido a punição do item 14.6 do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta da Contratada em deixar de cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades a critério da Contratante:

- a. Advertência;
- b. Em casos de reincidência, nos descumprimentos das obrigações do contrato e do edital, será reincidido o contrato e aplicado o impedimento de participar de licitação pelo período de até 05 (cinco) anos;
- c. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial deste contrato cumulado com a letra anterior;
- d. Simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Fórum da Comarca de Itaporanga-PB.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

PEDRA BRANCA-PB,..... de de 2020

Allan Felipe Bastos de Sousa
CONTRATANTE

.....
CONTRADA

Testemunhas:

